



REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Os Verdes alertaram o Governo, em janeiro do presente ano, para problemas de saúde pública relacionados com o aterro da Recivalongo, em Sobrado, e questionaram o Ministério do Ambiente e da Ação Climática sobre medidas passíveis de assegurar a qualidade do ar e a inexistência de riscos para a qualidade de vida da população.

A persistência das preocupações da população de Sobrado, em Valongo, relativas à atividade do aterro de resíduos não perigosos levou a deputada do Partido Ecologista Os Verdes, Mariana Silva, a visitar aquela localidade no passado dia 15 de junho, tendo reunido com habitantes e com a Associação Jornada Principal.

Da visita de dia 15 às imediações do aterro da Recivalongo foi possível verificar in loco a chegada frequente de camiões contendo telhas de fibrocimento contendo amianto. Estes resíduos estão a ser depositados em desrespeito pelas normas vigentes, dada o facto de a sua deposição, ocorrer uma única célula que recebe diversos tipos de resíduos, desde resíduos biodegradáveis a resíduos de origem industrial, entre os quais Resíduos de Construção e Demolição (RCD).

A qualidade de vida e o ar que respiram os habitantes de Sobrado, trabalhadores do aterro, alunos da escola profissional e os utentes de estabelecimentos de respostas sociais e equipamentos desportivos na envolvente do aterro geram grande preocupação sobre os impactos na saúde pública.

Os maus cheiros provocados pelos processos de tratamento de lixiviados ou de eventual decomposição de resíduos, a possibilidade da dispersão de partículas contendo amianto, o relato de diversas situações de náuseas, indisposição, problemas respiratórios e reações alérgicas devido a picadas de insetos todas estas questões merecem ser avaliadas quanto à sua relação direta com aquela atividade.

Perante os relatos frequentes dos habitantes em matéria de saúde pública é fundamental a

determinação de medidas e decisões governativas que privilegiam a salvaguarda da qualidade de vida desta população e garantam a correta fiscalização de todos os procedimentos de modo a aferir os resultados de monitorizações realizadas pela empresa e a sua conformidade com diretrizes ambientais.

Recorde-se que o aterro se encontra a 300 metros da Escola Profissional de Valongo, a 800 metros da Escola Secundária EB 2/3 de Sobrado, a 900 metros da Escola Básica dos Fijós, a 700 metros do Campo de Futebol do Sobrado, a 900 metros do Pavilhão Municipal de Sobrado, a 500 metros da Associação Casa do Bugio, sendo que, as primeiras habitações estão a 250 metros e o centro da Vila (Largo do Passal) a 1300 metros.

Face às preocupações da população e da Câmara Municipal de Valongo, no final de 2019 foi constituída uma Comissão de Acompanhamento (CA) que integra elementos da APA, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, Autoridade Regional de Saúde do Norte e a Câmara Municipal de Valongo. A CA estabeleceu medidas corretivas a serem implementadas no aterro até 28 de fevereiro.

Em junho e julho de 2019 a Inspeção Geral do Mar, Ambiente e Ordenamento do Território (IGAMAOT) procedeu a ações inspectivas na Recivalongo tendo verificado incumprimentos que deram origem a autos de notícia.

Já em 2020 o IGAMAOT realizou novas inspeções às instalações do aterro.

Assim, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, solicito a S. Exa. o Presidente da Assembleia da República que remeta ao Ministério do Ambiente e da Ação Climática o presente requerimento, para que nos sejam facultadas:

- Cópias dos relatórios das ações inspetivas realizadas pela IGAMAOT às instalações da Recivalongo em junho/julho de 2019 e decisões decorrentes das mesmas;
- Cópia do relatório da ação inspetiva da IGAMAOT em 2020 à Recivalongo.

Palácio de São Bento, 3 de julho de 2020

Deputado(a)s

MARIANA SILVA(PEV)

JOSÉ LUÍS FERREIRA(PEV)